

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – FAVARETTO, Micheli Catia. Morar em outra casa? A complexa situação de crianças em acolhimento institucional em Sinop-MT. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

2) Orientador – ALMEIDA, Luciane Pinho de.

3) Resumo – No Brasil, somente nas décadas de oitenta e noventa do século vinte a criança passa a ser constituída, juridicamente, enquanto “sujeito de direitos”. O artigo nº 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, CF 1988), e a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 que promulga o ECA insere as crianças brasileiras no cenário dos Direitos Humanos Universais e assegura proteção integral. Essa proteção ocorreu devido às mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade, quer seja no âmbito jurídico, assistencial ou educacional, ligados à proteção à infância. Assim, esta dissertação é fruto da análise da pesquisa realizada com crianças que vivem na Instituição de Acolhimento na cidade de Sinop-MT e das pessoas que estão, direta e indiretamente, ligadas ao local. A Instituição, local onde a pesquisa foi realizada, surgiu em 1987, é de caráter filantrópico, acolhendo crianças e adolescentes abandonados e/ou em situação de risco. A pesquisa teve por objetivo, compreender como a Instituição de Acolhimento de Sinop-MT tem contribuído no acolhimento e no desenvolvimento da “criança acolhida”, resguardando seus direitos enquanto criança. Os participantes dessa pesquisa foram dez pessoas, sendo três crianças da instituição de acolhimento, três cuidadoras que mantêm contato direto com a instituição de acolhimento, esses foram escolhidos levando-se em consideração, respectivamente, o tempo de permanência e o tempo de trabalho na instituição. Participaram ainda o juiz e o promotor da Vara da Infância e Juventude, o gestor da Instituição e um representante do Conselho Tutelar. Utilizamos para a coleta de dados três modelos de entrevistas, sendo um para as crianças, outro para as cuidadoras e, por fim, outro roteiro para os demais participantes. Todas as entrevistas foram gravadas e, transcritas na íntegra. O referencial teórico-metodológico utilizado foi embasado na Teoria Sócio-Histórica. A análise do material nos permitiu perceber que a relação existente entre a legislação, a prática e a forma como a família é abordada contribui para o afastamento e a diluição dos laços afetivos. Ao final, observamos que a sociedade e, sobretudo, as instituições que lidam com a infância devem refletir sobre quais valores estão sendo pontuados e como suas práticas vêm contribuindo para manter o processo de desenvolvimento infantil nesses ambientes, independentemente do tempo que aí permanecem.

Enfim, destacamos que há necessidade de políticas públicas de atenção e que estas sejam articuladas com ações que possam auxiliar as famílias, evitando o processo de acolhimento institucional e, quando necessário, que esse seja com o menor tempo possível. Políticas que possam auxiliar a família a desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções com acesso às políticas públicas como à saúde, educação, trabalho e demais direitos sociais.

4) Palavras-Chave – casa de acolhimento; criança; desenvolvimento sócio-afetivo.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.